



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680212 - PR (2021/0219545-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : THADEU JOSE CAPOTE
ADVOGADO : THADEU JOSÉ CAPOTE - PR050829
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : RICARDO DA LUZ SIMOES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RICARDO DA LUZ SIMOES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Apelação Criminal n. 0001690-43.2019.8.16.0013 e Revisão Criminal n. 0022130-31.2021.8.16.0000).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos e 10 meses de reclusão em regime inicial fechado e de 583 dia-multa, pela prática do delito descrito no art. 33, *caput*, e § 1º, II, da Lei n. 11.343/2006 (fls. 42-57).

O impetrante sustenta que o paciente foi considerado reincidente de maneira equivocada, porquanto já teria transcorrido prazo superior a 5 anos entre o efetivo cumprimento da pena anteriormente imposta e à prática do novo delito, razão pela qual deve ser revista a dosimetria do paciente.

Afirma que "houve expresse reconhecimento de que houve erro por parte do Judiciário Paranaense ao considerar o paciente Ricardo como reincidente, quando na realidade ele deveria ser considerado primário nos autos n. 0001690-43.2019.8.16.0013" (fl. 8).

Pondera que "o Tribunal *a quo* acolheu a revisão criminal impetrada para fins de reconhecer o equívoco perpetrado e determinar que o paciente Ricardo tenha sua primariedade reconhecida nos autos de Ação Penal nº 0001690-43.2019.8.16.0013, todavia, mesmo sendo afastada a reincidência, após nova análise da dosimetria da pena, esta quedou-se exatamente igual a anteriormente fixada" (fl. 8).

Aponta a total ausência de fundamentação para o aumento da pena-base em 10 meses em razão dos maus antecedentes, bem como para a imposição do regime inicial fechado.

Requer, liminarmente e no mérito, o redimensionamento da pena do paciente, com a fixação do regime inicial semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente